

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TCDF

Aplicação: 2014

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de texto definitivo. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se o caderno contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas das provas objetivas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas das provas objetivas e à transcrição do texto para o caderno de texto definitivo da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas das provas objetivas e o seu caderno de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

Turno: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
0 (XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; o termo **clique** refere-se a um clique com o botão esquerdo do *mouse*; não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; CF = Constituição Federal de 1988; DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; LO/TCDF = Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal; STF = Supremo Tribunal Federal; TCDF = Tribunal de Contas do Distrito Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O título de **Papéis Avulsos** parece negar ao livro uma
 certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de
 ordem diversa para o fim de os não perder. A verdade é essa,
 4 sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui
 como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria.
 São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez
 7 sentar à mesma mesa.

Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não seja
 inútil. O livro está nas mãos do leitor. Direi somente que se há
 aqui páginas que parecem meros contos e outras que o não são,
 10 defendo-me das segundas com dizer que os leitores das outras
 podem achar nelas algum interesse, e das primeiras defendo-me
 com São João e Diderot. O evangelista, descrevendo a famosa
 13 besta apocalíptica, acrescentava (XVII, 9): “E aqui há sentido,
 que tem sabedoria”. Menos a sabedoria, cubro-me com aquela
 16 palavra. Quanto a Diderot, ninguém ignora que ele não só
 escrevia contos, e alguns deliciosos, mas até aconselhava a
 um amigo que os escrevesse também. E eis a razão do
 19 enciclopedista: é que quando se faz um conto, o espírito fica
 alegre, o tempo escoia-se, e o conto da vida acaba, sem a gente
 dar por isso.

22 Deste modo, venha donde vier o reproche, espero que
 daí mesmo virá a absolvida.

Machado de Assis. **Obra completa**. Vol. II, Rio de Janeiro:
 Nova Aguilar, 1994, p. 236. (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aspectos linguísticos e textuais do texto
 acima, julgue os próximos itens.

- 1 No trecho “Quanto ao gênero deles, não sei que diga que não
 seja inútil” (l.8-9) a vírgula separa orações coordenadas.
- 2 Depreende-se do texto que, embora a obra tenha recebido o
 título de **Papéis Avulsos**, os escritos tratam da história da
 mesma família.
- 3 Os termos “Diderot” (l.16) e “enciclopedista” (l.19)
 compartilham o mesmo referente.
- 4 A palavra “que”, em todas as ocorrências no trecho “Direi
 somente que se há aqui páginas que parecem meros contos e
 outras que o não são” (l.9-10), pertence a uma mesma classe
 gramatical.
- 5 Mantêm-se o sentido e a correção gramatical do texto caso se
 suprima o acento grave no trecho “fez sentar à mesma mesa”
 (l.6-7).

Texto para os itens de 6 a 14

1 Nas formas de vida coletiva, podem assinalar-se dois
 princípios que se combatem e regulam diversamente as
 atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos
 4 tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades
 rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância,
 na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores
 7 e os povos lavradores. Para uns, o objeto final, a mira de todo
 esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que
 chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os
 10 processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem
 plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No
 mundo, tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde
 13 quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos,
 sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos
 espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes
 16 distantes.

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga
 primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O
 19 esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no
 entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar
 o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido
 22 para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte
 maior do que o todo.

25 Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética
 da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá
 valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e,
 inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades
 28 próprias do aventureiro — audácia, imprevidência,
 irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo,
 enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do
 31 mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem
 a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros;
 34 as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal
 e aos esforços sem perspectiva de rápido proveito material
 passam-lhes, ao contrário, por viciosos e desprezíveis. Nada
 37 lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do
 trabalhador.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. São
 Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Com base no texto, julgue os itens de 6 a 10.

- 6 O autor do texto apresenta dois tipos básicos de
 comportamentos humanos equivalentes: o aventureiro e o
 trabalhador.
- 7 O termo “Já”, em “Já nas sociedades rudimentares
 manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção
 fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos
 lavradores” (l.4-7), é empregado com sentido temporal, razão
 por que o segmento “Já nas” poderia ser corretamente
 substituído por **Desde as**.

- 8 As expressões “Para uns” (ℓ.7) e “Esse tipo humano” (ℓ.11) remetem, respectivamente, aos indivíduos aventureiros e aos indivíduos lavradores.
- 9 O vocábulo “enaltecidos” (ℓ.33) poderia ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por **arrefecidos**.
- 10 Nos trechos “Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles” (ℓ.4-5) e “No mundo tudo se apresenta a ele” (ℓ.11-12), os pronomes “eles” e “ele” exercem a função sintática de complemento verbal.

Cada um dos itens abaixo apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta, ou errada, em caso contrário.

- 11 “Assim, o indivíduo (...) do aventureiro” (ℓ.25-28): Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo nas ações em que sente ânimo de praticar e inversamente, considerará imoral e detestável as qualidades próprias do aventureiro.
- 12 “No mundo, (...) em trampolim” (ℓ.11-14): No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija obstáculo a seus propósitos ambiciosos, ele sabe transformá-lo em trampolim.
- 13 “Nada lhes parece (...) do trabalhador” (ℓ.36-38): A eles nada parece mais estúpido e mesquinho que o ideal do trabalhador.
- 14 “O trabalhador (...) triunfo a alcançar” (ℓ.17-18): O trabalhador, ao contrário, é aquele, que enxerga primeiro a dificuldade a vencer mas não, o triunfo a ser alcançado.

Memorando n.º 118, de 2012

Brasília, 15 de abril de 2012.

Ao Sr. Diretor de Governo Eletrônico

Assunto: Medidas de Segurança

1. Visando à segurança da informação, solicito a Vossa Senhoria que a partir da data de hoje passe a manter cópia de segurança, em CD-ROM, dos arquivos da Diretoria de Assuntos Estratégicos armazenados na rede.
2. As cópias de segurança devem ser feitas diariamente, em CD-ROM com a devida identificação.
3. Ao meu ver esse procedimento deveria ser empregado por todos os demais departamentos, mas parece que há colegas que não desejam fazer serviços extraordinários.
4. O objetivo desse novo procedimento é o de preservar a integridade das informações e assegurar que todos os documentos produzidos por essa Diretoria estejam disponíveis em caso de eventuais problemas.

Cordialmente,

José da Silva
Diretor de Assuntos Estratégicos

Com base no texto de correspondência oficial acima apresentado e nas normas do **Manual de Redação Oficial do TCDF**, julgue os itens de 15 a 17.

- 15 O texto está redigido de acordo com os princípios da impessoalidade, clareza e concisão.
- 16 Recomenda-se que os atos oficiais do TCDF sejam digitados em fonte arial tamanho 12, com espaçamento simples entre as linhas de cada parágrafo.
- 17 O fecho utilizado no documento apresentado atende à recomendação de padronização de documentos internos do TCDF.

Considere a proposição P a seguir.

P: Se não condenarmos a corrupção por ser imoral ou não a condenarmos por corroer a legitimidade da democracia, a condenaremos por motivos econômicos.

Tendo como referência a proposição apresentada, julgue os itens seguintes.

- 18 A negação da proposição “Não condenamos a corrupção por ser imoral ou não condenamos a corrupção por corroer a legitimidade da democracia” está expressa corretamente por “Condenamos a corrupção por ser imoral e por corroer a legitimidade da democracia”.
- 19 A proposição P é logicamente equivalente à proposição “Se não condenarmos a corrupção por motivos econômicos, a condenaremos por ser imoral e por corroer a legitimidade da democracia”.
- 20 A proposição P é logicamente equivalente à proposição “Condenaremos a corrupção por ser imoral ou por corroer a legitimidade da democracia ou por motivos econômicos”.
- 21 Se a proposição P for verdadeira, então será verdadeira a proposição “Condenaremos a corrupção por motivos econômicos”.

RASCUNHO

RASCUNHO

Considerando que, em um planejamento de ações de auditoria, a direção de um órgão de controle tenha mapeado a existência de 30 programas de governo passíveis de análise, e sabendo que esse órgão dispõe de 15 servidores para a montagem das equipes de análise e que cada equipe deverá ser composta por um coordenador, um relator e um técnico, julgue os próximos itens.

- 22 A quantidade de maneiras distintas de serem escolhidos 3 dos referidos servidores para a montagem de uma equipe de análise é superior a 2.500.
- 23 Considerando-se que cada servidor do órgão possa participar de somente uma equipe de análise e que cada equipe não possa analisar mais que um programa de governo ao mesmo tempo, é correto afirmar que a capacidade operacional do órgão está limitada ao acompanhamento simultâneo de cinco programas de governo.
- 24 A quantidade de maneiras distintas de se escolherem 3 desses programas para serem acompanhados pelo órgão é inferior a 4.000.

Com base nos dispositivos da LODF, julgue os itens subsequentes.

- 25 A edição, pelo governador do DF, de ato normativo com o fim de melhorar as condições de moradia e transporte está em consonância com os objetivos prioritários do DF, conforme estabelecido na LODF.
- 26 Caso o DF edite norma geral de regulamentação orçamentária, à falta de lei federal acerca da matéria, e, posteriormente, entre em vigor lei federal a respeito do mesmo tema, contrariando algumas das determinações da lei distrital, essa lei distrital deverá ser inteiramente revogada, haja vista o seu caráter suplementar e a superveniência de lei federal.
- 27 A participação popular no processo de escolha de administrador regional deve ser regulada por lei.
- 28 Se, motivado pela realização da Copa do Mundo, o governador do DF tivesse editado, no início do ano de 2014, decreto, determinando a adoção de um planejamento integrado e permanente de desenvolvimento do turismo no território do DF, o referido decreto contrariaria a LODF, segundo a qual o referido planejamento deve ser adotado mediante edição de lei.

Ainda em relação ao que dispõe a LODF, julgue os itens a seguir.

- 29 Caso um cidadão seja nomeado para determinado cargo em comissão na Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do governo do DF, caberá ao TCDF apreciar, para fins de registro, a legalidade da nomeação.
- 30 Caso o governo do DF institua taxa em razão do exercício de seu poder de polícia, todo o valor arrecadado deverá ser aplicado no serviço para o qual tenha sido criada a taxa.
- 31 Os recursos financeiros correspondentes à dotação orçamentária destinada ao TCDF deverão ser repassados em duodécimos, até o dia vinte de cada mês, exceto em caso de investimento, em que se deve obedecer a cronograma estabelecido.

Com base nos dispositivos da LO/TCDF, julgue os itens seguintes.

- 32 Caso houvesse indício de fraude em procedimento de concessão de anistia fiscal pelo governador do DF, a realização de auditoria do TCDF sobre tal procedimento deveria ser autorizada pela CLDF.
- 33 Cabe ao presidente da CLDF dar posse ao presidente do TCDF.
- 34 A concessão de pensão por morte de servidor do governo do DF e os reajustes de seu valor, ainda que não alterem o fundamento legal do ato concessório, deverão ser apreciados pelo TCDF.

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com a LO/TCDF.



- 35 O presidente do TCDF constatou a necessidade de reestruturação das câmaras em que se divide o tribunal. Nessa situação, a nova estruturação dependerá da deliberação da maioria absoluta dos membros titulares do TCDF.
- 36 Determinado auditor do TCDF tomou posse no cargo em fevereiro de 2010 e, em julho de 2013, foi indiciado criminalmente por suspeita de corrupção passiva. Nessa situação, o auditor somente perderá o cargo após o trânsito em julgado de sentença judicial condenatória.
- 37 Um auditor do TCDF foi convocado pelo presidente do órgão para substituir determinado conselheiro afastado do cargo em razão de licença médica, por período superior a trinta dias. Nessa situação, o auditor terá as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos do titular do cargo de conselheiro e, no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito da justiça do DF e dos territórios.
- 38 Servidor do serviço auxiliar do TCDF, após sentença judicial transitada em julgado em que lhe foi reconhecido o direito a determinada vantagem de caráter pessoal, passou a perceber, mensalmente, a título de remuneração, valores, em espécie, superiores aos de um conselheiro do tribunal. Nessa situação, o referido servidor não ficará restrito ao teto remuneratório do tribunal, podendo os citados valores ser acrescidos à sua remuneração, por corresponderem a vantagem de caráter pessoal.

Julgue os itens de 39 a 43, relacionados à ética e à sua aplicação no serviço público.

- 39 A ética ocupa-se, independentemente do contexto da ação, da melhor maneira de agir, garantindo os melhores resultados por meio dos princípios que sustentam uma justa ou correta atuação.

- 40 Os valores morais são historicamente construídos pelas sociedades, como forma de organizar a convivência e garantir, tanto quanto possível, o bem-estar do indivíduo consigo mesmo e em suas relações com as outras pessoas.
- 41 Ao servidor público que ocupa cargo de chefia é permitido, em situações especiais, determinar que servidor a ele subordinado seja desviado de função para atender a interesse particular daquele, caso o ato não implique prejuízo do desempenho das atividades do serviço público.
- 42 Servidor público que omitir ou negar a publicidade de qualquer ato oficial incorre em improbidade administrativa.
- 43 Evitar a corrupção e denunciá-la sempre que dela tiver conhecimento é dever do cidadão, visto que cidadania implica não apenas o gozo de direitos, mas também o cumprimento de obrigações amparadas nas normativas legais e morais da sociedade.

Com relação ao sistema operacional Windows e aos ambientes Microsoft Office e BrOffice, julgue os próximos itens.

- 44 No Windows Explorer, a ação de renomear um arquivo pode ser realizada por meio da opção Renomear, que é acionada com o botão direito do *mouse*, bem como por meio de um duplo clique pausado.
- 45 Para gerar um índice ou sumário de um documento do Word, o usuário deve definir as entradas do índice por meio da utilização dos estilos disponíveis na barra de ferramentas.
- 46 Após elaborar uma apresentação de eslaides no Impress, o usuário poderá exportá-la para o formato pdf, opção que permite a anexação da apresentação a um documento em formato pdf e sua leitura por qualquer editor de textos.
- 47 Ao se selecionar texto de documento do Word com o uso do *mouse*, a combinação das teclas  +  permite que esse texto seja copiado para a área de transferência, podendo ser colado em outro documento.

Julgue os itens seguintes, acerca de Internet, navegadores e segurança da informação.

- 48 O Internet Explorer armazena um histórico de endereços das páginas visitadas pelo usuário, o que facilita a digitação ou a localização das páginas para futuros acessos.
- 49 O *firewall* do Windows é um importante recurso utilizado para bloquear *spams* ou *emails* não desejados pelo usuário.
- 50 O controle de acesso biométrico é uma das formas de aumentar a segurança no acesso à rede por meio do uso de palavras-chave que identificam características biológicas do usuário para a formação de senhas alfanuméricas seguras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 51 Caso determinado servidor, no exercício de sua competência delegada, edite ato com vício sanável, a autoridade delegante poderá avocar a competência e convalidar o ato administrativo, independentemente da edição de novo ato normativo.
- 52 Parecer jurídico opinativo emitido pela Procuradoria do DF como resposta a consulta do governo do DF sobre edital licitatório para a contratação de determinado serviço é considerado ato constitutivo e vinculará a administração.
- 53 Ato administrativo de manifesto conteúdo discriminatório editado por ministério poderá ser invalidado, com efeitos retroativos, tanto pela administração como pelo Poder Judiciário, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.
- 54 O aluguel, pelo TCDF, de espaço para ministrar cursos de especialização aos seus servidores constitui ato administrativo, ainda que regido pelo direito privado.

No que se refere aos agentes públicos e aos dispositivos da Lei Complementar n.º 840/2011, julgue os seguintes itens.

- 55 Considere que determinada autarquia do DF tenha sido extinta, que seus servidores estáveis tenham sido colocados em disponibilidade e, posteriormente, tenham reingressado no serviço público do DF em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis com os que antes ocupavam e percebiam. Nessa situação hipotética, configura-se reingresso por aproveitamento.
- 56 Considere que determinado servidor estável do TJDF, no decorrer de processo administrativo disciplinar instaurado contra ele pelo cometimento de infração disciplinar, tenha tomado posse, em um tribunal federal, em razão de aprovação em concurso público, tendo deixado o cargo anterior vago. Nessa situação, estando o referido servidor em exercício em órgão de outro ente da Federação, o processo administrativo disciplinar deverá ser arquivado, sem prejuízo de eventuais ações nas esferas penal e cível.
- 57 Empresário convocado pela justiça eleitoral para ser mesário durante as eleições será considerado agente público, mesmo que em caráter transitório, enquanto exercer a função a ele designada pelo Estado.
- 58 Se candidato aprovado em concurso público comprovar, perante a administração, a incapacidade transitória por motivo de saúde para tomar posse em determinado cargo público no dia previamente determinado, poderá a posse ocorrer com efeito retroativo.
- 59 Em obediência ao princípio da soberania nacional, os estrangeiros somente poderão ocupar funções públicas de caráter transitório e sem vínculo estatutário.

A respeito da organização administrativa, julgue os próximos itens.

- 60 Os municípios, assim como os estados-membros, poderão ter sua administração indireta, em razão da autonomia a eles conferida pela CF.
- 61 Ao contrário das empresas públicas, em que o regime de pessoal é híbrido, sendo permitida a vinculação de agentes tanto sob o regime celetista quanto sob o estatutário, nas sociedades de economia mista, o vínculo jurídico que se firma é exclusivamente contratual, sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 62 O Serviço Social do Comércio, exemplo de entidade de direito privado que atua em colaboração com o Estado, apesar de ter sido criado por lei, não integra a administração indireta.
- 63 Configura hipótese de descentralização administrativa a criação de uma eventual Secretaria de Estado de Aquisições do DF.

Com relação ao direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

- 64 Em virtude do princípio da reserva legal, a criação dos entes integrantes da administração indireta depende de lei específica.
- 65 Considere que determinado secretário de Estado do DF tenha editado um ato administrativo que, embora legal, tenha gerado controvérsia entre os servidores do órgão. Nessa situação, havendo mudança da titularidade do cargo, novo secretário poderá revogar, com efeito retroativo, o referido ato administrativo.
- 66 O servidor reprovado no estágio probatório pela autoridade competente deverá ser exonerado de ofício.

A respeito das classificações das constituições e dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- 67 A constituição material, escrita e rígida, como a CF, consiste em um documento escrito formado por normas substancialmente constitucionais que só podem ser alteradas por meio de processo legislativo especial e mais dificultoso.
- 68 Ao implementar ações que visem reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional, os governos põem em prática objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

- 69 Não contrariaria a CF norma distrital que proibisse, com base no princípio da isonomia, a cobrança pelo uso de estacionamento nos *shopping centers* situados no DF, com vistas à promoção do lazer e da cultura, uma vez que o DF agiria, nessa situação, no exercício da competência concorrente a ele conferida para legislar sobre direito urbanístico.
- 70 Não ofenderia a CF lei distrital que versasse sobre a concessão, aos estudantes regulares do DF, de 50% de desconto no valor cobrado em ingressos para eventos esportivos, culturais e de lazer, já que é concorrente, entre a União, os estados e o DF, a competência para legislar sobre direito econômico.
- 71 Somente após o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, o STF poderá receber denúncia criminal contra deputado federal por crime ocorrido após a diplomação.
- 72 Caso um senador federal assumo o cargo de ministro de Estado do Meio Ambiente, deverá ser convocado para assumir seu cargo no Senado Federal suplente filiado a seu partido, ainda que, à época das eleições, tal partido tenha participado de coligação partidária.
- 73 Conforme jurisprudência do STF, em respeito ao princípio da isonomia, a administração pública não pode remarcar a data de realização de teste de aptidão física de candidato impossibilitado, em virtude de problema temporário de saúde certificado por atestado médico, de realizá-lo na data previamente agendada, caso o edital do certame expressamente proíba a remarcação.
- 74 Cidadão português que legalmente adquira a nacionalidade brasileira não poderá exercer cargo da carreira diplomática, mas não estará impedido de exercer o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores.

Acerca da administração pública e dos poderes da República, julgue os itens subsequentes.

- 75 Além dos juízes oriundos dos tribunais regionais federais e dos desembargadores advindos dos tribunais de justiça, comporão o STJ, na proporção de um quinto de suas vagas, advogados e membros do Ministério Público com mais de dez anos de atividade efetiva e mais de dez anos de carreira, respectivamente.
- 76 A CF prevê expressamente que o subsídio dos parlamentares federais e do presidente da República seja igual ao dos ministros do STF, previsão essa que atende ao princípio da moralidade.
- 77 Sendo os poderes da República independentes e harmônicos entre si, as ações praticadas pelo Poder Executivo não se submetem ao crivo do Poder Legislativo, submetendo-se apenas excepcionalmente à apreciação do Poder Judiciário, no caso de os atos exorbitarem a competência constitucionalmente estabelecida.

Com base nas normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais e na jurisprudência do STF acerca dessa matéria, julgue os próximos itens.

- 78 É livre o exercício das profissões, podendo a lei exigir inscrição em conselho de fiscalização profissional apenas quando houver potencial lesivo na atividade, o que não ocorre com a profissão de músico, por exemplo.
- 79 Embora a casa seja asilo inviolável do indivíduo, em caso de flagrante delito, é permitido nela entrar, durante o dia ou à noite, ainda que não haja consentimento do morador ou determinação judicial para tanto.

A respeito das noções de administração financeira, bem como dos princípios e das diretrizes do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 80 Suponha que determinado município tenha instituído contribuição de melhoria sobre imóveis localizados próximos de obra pública concluída. Nessa situação, em respeito ao princípio da não vinculação, o município estará proibido de determinar a destinação do produto da arrecadação da referida contribuição ao atendimento de despesa pública específica.
- 81 O princípio da universalidade está expresso no dispositivo constitucional que proíbe a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- 82 Os riscos fiscais que devem ser avaliados considerando-se a lei de diretrizes orçamentárias incluem tanto as dívidas cuja existência dependa de fatos imprevisíveis quanto a possibilidade de haver desvios relativos ao que foi previsto para as receitas públicas e ao que foi efetivamente realizado.
- 83 Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções macroeconômicos, devem ser demonstrados em anexo específico da lei de diretrizes orçamentárias, ao passo que as metas anuais relativas a receitas, despesas e resultados nominal e primário devem ser definidas no anexo de metas fiscais.
- 84 A autorização orçamentária deve preceder a realização financeira da despesa, mas a realização financeira de determinada receita pode preceder sua autorização orçamentária.

Acerca do processo, das normas aplicáveis, dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 85** A proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo federal embasa-se no conceito de orçamento base-zero, segundo o qual a existência de determinada dotação na lei orçamentária do exercício anterior não constitui garantia para a sua inclusão no exercício seguinte.
- 86** Para a elaboração da proposta orçamentária no governo federal, os órgãos setoriais e as unidades orçamentárias devem utilizar o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.
- 87** O plano orçamentário, constante da lei orçamentária anual, é o código de identificação das ações orçamentárias destinado a efetuar o vínculo entre a referida lei e o plano plurianual.
- 88** A finalidade básica do decreto de programação orçamentária e financeira e de limitação de empenho e movimentação financeira é garantir que a parcela do plano plurianual prevista para o exercício em curso seja efetivamente realizada.
- 89** Caso o governo federal precise realizar gasto urgente e imprevisto, decorrente, por exemplo, da necessidade de atendimento às vítimas do desabamento de uma ponte em rodovia federal, poderá ser aberto crédito extraordinário por meio de medida provisória.
- 90** Suponha que determinado órgão público pretenda estender programa de capacitação de produtores agropecuários para alcançar um público maior que os atuais beneficiários. Nessa situação, a expansão pretendida somente poderá ser realizada se o ordenador de despesa declarar formalmente que o objeto de dotação específica é suficiente, ou que está abrangido por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não se ultrapassem os limites estabelecidos para o exercício.

Em referência a receita e despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

- 91** Caso se pretenda identificar, dentro de cada espécie de receita, uma qualificação mais específica ou agregar determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si, deve-se utilizar o nível de codificação da receita denominado rubrica.
- 92** O controle e a avaliação da receita devem ser realizados em fase posterior às etapas de planejamento e execução.
- 93** O regime contábil aplicável ao setor público é diverso do regime orçamentário exigido pela legislação vigente em relação às despesas públicas.

Com relação ao suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os seguintes itens.

- 94** Suponha que a inscrição de determinada despesa como restos a pagar tenha sido cancelada em decorrência do decurso do prazo prescricional de cinco anos. Nessa situação, se o credor ainda tiver direito ao recebimento dos recursos e vier a reclamá-lo formalmente, o pagamento a que faz jus deverá ser efetuado à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.
- 95** Os valores regularmente inscritos em restos a pagar são excluídos da programação financeira do exercício em que devam ser pagos, por corresponderem a recursos do exercício financeiro anterior.

Julgue os itens a seguir, acerca dos conceitos fundamentais de arquivologia.

- 96** O tipo documental está relacionado à fusão da espécie documental com a função do documento.
- 97** Atesta-se a autenticidade do documento de arquivo pela vinculação de um conteúdo informacional com o suporte desse conteúdo.
- 98** O instrumento utilizado para a classificação dos documentos do arquivo permanente é o quadro de arranjo.
- 99** Aplica-se o princípio da pertinência para a definição dos prazos de guarda dos documentos do arquivo permanente.
- 100** O princípio da proveniência permite identificar o fundo a que pertence determinado documento de arquivo.

No que se refere ao gerenciamento da informação e à gestão de documentos, julgue os itens subsequentes.

- 101** Após passarem pelos arquivos correntes, os documentos de arquivo podem ser eliminados, ser encaminhados ao arquivo intermediário, ou, ainda, ser recolhidos aos arquivos permanentes.
- 102** A avaliação de documentos abrange o registro documental a partir de metadados, a distribuição dos documentos e o acompanhamento de sua tramitação.
- 103** A acumulação de massas documentais resulta da ausência de tratamento adequado durante o período em que o valor primário dos documentos é maior.
- 104** Por atenderem a necessidades especiais, os documentos do arquivo corrente podem permanecer distantes de seus usuários diretos.

A respeito de microfilmagem, automação e preservação dos documentos de arquivo, julgue os próximos itens.

- 105** Um modo eficiente de conservação de documentos de arquivo em suporte papel consiste em acondicioná-los em embalagens de papel de pH neutro.
- 106** A microfilmagem, técnica de custo elevado, deve ser realizada em grandes volumes documentais cujo prazo de guarda seja longo.
- 107** Os documentos do arquivo permanente devem ser digitalizados e os originais, eliminados após a digitalização.

Considerando que a Secretaria de Cultura do DF pretenda contratar empresa de publicidade para realizar campanha de divulgação de um festival de música que ocorrerá em Brasília, julgue os itens que se seguem.

- 108** É vedada a contratação de servidor do órgão licitante, ainda que ele ofereça o menor preço para a realização do serviço.
- 109** Em razão do caráter personalíssimo dos contratos administrativos, a administração não poderá admitir a subcontratação do referido serviço.
- 110** Será necessária a licitação para a contratação da empresa de publicidade, mesmo que o serviço a ser prestado seja considerado singular e a empresa a ser contratada possua notória especialização na área.

Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 111** A administração pública possui a prerrogativa de alterar unilateralmente o objeto do contrato, desde que a alteração seja apenas quantitativa, mantendo-se a qualidade do objeto.
- 112** Aos contratos administrativos aplicam-se, supletivamente, as disposições de direito privado.
- 113** Em decorrência do princípio do formalismo, todas as contratações celebradas pela administração pública devem ser formalizadas por meio de instrumento de contrato, não sendo possível a sua substituição por outros instrumentos, como a nota de empenho de despesa.

Considerando que a Secretaria de Educação do DF tenha celebrado contrato de prestação de serviços de vigilância armada com a empresa X, julgue os itens subsecutivos.

- 114** Caso seja celebrada convenção coletiva de trabalho que conceda aumento de salário aos empregados das empresas de vigilância armada, a empresa X terá direito à repactuação do valor do contrato, respeitado o interregno de um ano.
- 115** Se a empresa contratada não efetuar o pagamento dos salários e débitos trabalhistas devidos aos empregados que prestam o serviço, a administração poderá utilizar-se da garantia contratual para pagar os funcionários.
- 116** No intuito de evitar que a empresa X disponibilize pessoas que não possuam o perfil adequado para o trabalho, a administração poderá escolher os funcionários que prestarão o serviço.

Suponha que a Secretaria de Saúde do DF tenha celebrado contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação do prédio da sede do órgão. Suponha, ainda, que a empresa contratada não esteja fornecendo o material necessário à execução dos serviços e que alguns dos funcionários da empresa reiteradamente se ausentem do trabalho sem justificativa adequada. Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 117** A empresa de limpeza e conservação contratada não será isenta da responsabilidade pelas falhas verificadas na execução de suas obrigações, ainda que se verifique que a administração não tenha fiscalizado o contrato adequadamente.
- 118** A inexecução do contrato pela empresa contratada pode ensejar penalidades, cuja aplicação dependerá da discricionariedade da administração.
- 119** Em razão de falhas observadas na execução do contrato, o fiscal do referido contrato poderá aplicar diretamente à empresa a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública.
- 120** Caso a administração não possua servidor com qualificação necessária para exercer as atividades de fiscal do contrato, é possível a contratação de terceiros para auxiliarem o servidor designado para fiscal.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No caderno de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

REDAÇÃO DE NATUREZA TÉCNICA

O orçamento público representa um dos instrumentos de que o Poder Legislativo dispõe para pôr em prática sua missão de controlador dos gastos públicos, principalmente os do Poder Executivo, contemplado com a maior parcela do orçamento, além de constituir um instrumento necessário para revelar as ações e metas governamentais para determinado período de tempo, de forma a delimitar e orientar a ação dos administradores públicos no seu papel de executores do orçamento.

Francisco Glauber Mota. *Contabilidade aplicada ao setor público*.
1.ª ed., Brasília: Estefania Gonçalves, p. 18 (com adaptações).

Em face do texto acima apresentado, meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos diversos tipos de orçamento público, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ o orçamento clássico ou tradicional; [valor: 9,50 pontos]
- ▶ o orçamento-programa; [valor: 10,00 pontos]
- ▶ o orçamento base-zero. [valor: 9,00 pontos]

RASCUNHO – REDAÇÃO DE NATUREZA TÉCNICA – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO – REDAÇÃO DE NATUREZA TÉCNICA – 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	